

A PHILIPS E A REDE MANCHETE

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) entregou ontem carta ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, endereçada ao presidente da República, afirmando que há um boicote dentro do governo e, mais precisamente, na área econômica, para derrubar Sarney, pois "somente desta forma se poderia explicar a sucessão de erros cometidos na condução da política econômica", entre eles o episódio do Imposto de Renda.

Por sua vez, o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP) acionou sua secretária eletrônica junto ao microfone da Assembléia Nacional Constituinte e os parlamentares ouviram frases como "Não ao Leão, não ao Leão, não ao Leão". Isso não foi para os anais da Casa porque a Mesa entendeu que o procedimento era anti-regimental.

Seja como for, o recado foi dado: "Diga não ao Leão", gritado por um angustiado contribuinte ou um apelo tranquilo como "Sou seu eleitor pela luta ecológica, agora eu o quero na luta contra o Imposto de Renda" foram manifestações dos paulistas que serviram a Feldmann para quebrar a rotina dos

procuradores de repúdio às alterações introduzidas na cobrança do tributo.

O deputado por São Paulo defendeu a criação de mecanismos que tornem possível ao contribuinte uma participação efetiva na formulação e no controle da aplicação da política fiscal.

Feldmann elogiou a atuação do **Jornal da Tarde** "na defesa dos direitos da Cidadania — um jornalismo moderno", considerando memorável a posição por ele assumida. Ele entende ser fundamental que o governo se sensibilize para a necessidade da revisão da tabela progressiva do Imposto de Renda.

Feldmann dirigiu requerimento à mesa diretora da Assembléia Nacional Constituinte solicitando que esta determinasse a publicação, no **Diário Oficial da União**, dos telefones dos constituintes e entrasse em contato com os governos estaduais para que o mesmo fosse feito com os deputados estaduais, para que todos, pressionados por suas bases eleitorais, somassem esforços em favor do aprofundamento das alterações na lei do Imposto de Renda.

Outro parlamentar, o deputado Victor Faccione (PDS-RS), advertiu que, "se classe média e os trabalhadores continuarem a ser submetidos a um processo sem precedentes de esmagamento salarial e frustração de expectativas, se a hiena voraz não for contida, o País poderá caminhar antes do que se imagina para uma convulsão social".

Sucessão de erros

Na carta dirigida ao presidente, Afif Domingos ressaltou que "alguns setores governamentais estão se empenhando deliberadamente na criação de um clima de revolta dos agricultores, dos empresários urbanos e dos cidadãos em geral, contra o governo de V. Exa."

E cita exemplos dos desmandos que, segundo ele, vêm ocorrendo no governo: a política agrícola foi inteiramente desrespeitada por aqueles que deviam executá-la; a não divulgação no devido tempo do Índice de Preços pagos ao Produtor (IPP) e o tabelamento dos preços de gêneros alimentícios concomitante à rápida aceleração infla-

cionária inviabilizam a política agrícola; não bastasse isso — acrescenta — passou-se a exigir dos agricultores a correção monetária de débitos contratados sem correção, gerando revolta e insegurança aos produtores. "Com a explosão inflacionária e a consequente elevação das taxas de juros criou-se um desequilíbrio na agricultura que dificilmente será resolvido sem um conjunto articulado de medidas."

Com relação às empresas, "introduziu-se a exigência da correção monetária do Imposto de Renda a pagar, de forma absolutamente ilegal, obrigando-as a despendem tempo e recursos para recorrer ao Judiciário, única forma de defenderem-se".

Outro desmando apontado por Afif Domingos ocorreu com a decisão do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de aplicar a variação integral da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), relativa a 12 meses, sobre empréstimos liberados em fevereiro. Com isso, um empréstimo liberado em 19 de fevereiro de 1987, por exemplo, sofreu correção de

70,6% em 1987. O deputado anexou ao material entregue ao ministro Maciel cópia de uma carta de um empresário relatando um episódio dessa natureza.

Com os contribuintes, os desmandos foram gerais. Em primeiro lugar, o governo negou que fosse ocorrer um aumento da carga tributária, destacando que ninguém precisava se preocupar com o pagamento do imposto. Em segundo lugar, corrigiu a tabela progressiva do Imposto de Renda constante da declaração em apenas 110% quando a inflação era de 130% e, por fim, não deu nenhuma correção sobre o imposto retido na fonte no ano-base de 1986, ano em que se verificou uma inflação de 62,4%.

Outra irregularidade grave apontada por Afif Domingos foi a anistia fiscal determinada pelo governo para sonegadores que deixaram de fazer declaração do seu acréscimo patrimonial. Um documento anexado por Domingos, elaborado pela Associação de Defesa do Contribuinte do Distrito Federal, procura provar a inconstitucionalidade deste ato do governo.

A Receita está confessando que errou nos cálculos. Opinião dos especialistas.

O recuo do Leão confirma a falta de convicção da Receita nos cálculos que vêm sendo apresentados pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Ao anunciar a prorrogação do prazo de pagamento da primeira parcela do IR e ao permitir a compensação do IR a pagar com a restituição devida do ano passado, o governo reconhece seus erros. Se o ministro Funaro estivesse seguro das afirmações que fez até agora, as alterações não teriam sido aprovadas.

A opinião é de Nicole Borger, consultora da Coopers & Lybrand, que demonstrou matematicamente todos os erros cometidos pela Receita Federal na elaboração de seus cálculos. Ela garante: "Em 1986 houve o aumento de carga tributária e tanto isso é verdade que o governo agora está capitulando. Está voltando atrás. Essa é sem dúvida a maior vitória do contribuinte".

O único problema, segundo ela, é que essas medidas não resolvem nem corrigem as distorções da atual legislação tributária. São remédios de emergência que visam unicamente evitar a sonegação. Por outro lado, ao permitir que o contribuinte com restituição de Imposto de Renda do ano passado possa abater até 70 OTNs no imposto devido deste ano, a Receita mais uma vez demonstra que seus critérios nada têm a ver com justiça fiscal.

Para confirmar seus argumentos, Borger lembra que pelo estabelecido o contribuinte que optar pela compensação terá direito a abater do IR devido 70 OTNs, ao passo que o contribuinte que não optar pela compensação recebe este ano apenas 15 OTNs do total a ser restituído até 1989. Essa discriminação segundo ela não pode ser aceita porque é injusta.

Com alguns cálculos rápidos a consultora conclui que a compensação limitada a 70 OTNs beneficia parcela muito restrita de contribuintes que por sua vez estão en-

quadrados em faixas de renda mais elevadas. Senão, vejamos: tomando como referência os cálculos apresentados pelo próprio ministro, Nicole avalia o perfil tributário de um contribuinte que em dezembro de 86 ganhava Cz\$ 10 mil. Esse contribuinte teve uma restituição, em 85, de 90,08 OTNs. Recebeu 15 e ficou com um crédito de 75,08 OTNs. De acordo com os cálculos da Receita, esse contribuinte terá um IR a pagar este ano de 2,35 OTNs, ou seja, Cz\$ 249,75. Se usar a compensação, continuará tendo um crédito com a Receita de 73,73 OTNs mas como o IR a ser pago é de apenas Cz\$ 249,75, Nicole entende que a compensação não beneficia esse contribuinte.

Já no caso do contribuinte que em dezembro de 86 ganhava Cz\$ 80 mil, a situação não é a mesma. De acordo com cálculos de Borger, esse contribuinte apurou em 85 uma restituição de 577,17 OTNs. Em 86 tem um IR a pagar de 964,12 OTNs. Se ele usar a compensação em cima das 70 OTNs continuará devendo 894,12 OTNs e continuará com um crédito de 570,17 OTNs junto ao governo. Diante disso, Nicole conclui: "A compensação não refresca mas é interessante. Certamente esse contribuinte vai optar por ter as 70 OTNs agora nas mãos do que te-

las nas mãos do governo. Mas insisto: se a Receita autorizou a medida, ela deveria ser integral. Isso que veio é bobagem".

A falta de critério nas modificações autorizadas pelo ministro Funaro fica evidente na medida em que não resolve nem o problema do contribuinte, que não tem caixa para pagar o IR mas tem crédito com o governo, nem da Receita, que também está com seu caixa desfalcado e por isso não paga o que deve ao contribuinte.

Anunciadas em caráter de emergência, as medidas por outro lado acabaram por suscitar suspeitas: essa compensação é ou não vantajosa? José Dutra, professor de Matemática Financeira por exemplo, afirma que essa compensação nos moldes em que foi estabelecida não pode ser levada a sério, pois implica em desvantagens para o contribuinte. Seu raciocínio é simples. Diz que a Receita está querendo se desfazer do ônus da correção monetária que incide sobre as restituições. Explica que, como o contribuinte tem para com a Receita um crédito que é corrigido monetariamente, e como a Receita tem para com o contribuinte um crédito não corrigido monetariamente, a compensação é no mínimo infeliz.

Com mais alguns cálculos, Dutra revela que o pagamento do IR parcelado em oito vezes resulta num abatimento de 42% levando-se em conta que a inflação nos próximos oito meses ficará talvez em 14%. "Assim, se o contribuinte vai ter sua dívida abatida em 42% pagando em oito vezes e vai receber seu crédito corrigido monetariamente não há como afirmar que a compensação seja vantajosa. Ela só beneficia os contribuintes que não têm reservas para pagar o IR. Mesmo assim, acho que a Receita sai ganhando".

Mas, como essa compensação não está regulamentada, Dutra dá a sua sugestão. Diz que o contribuinte só estará sendo de fato beneficiado se essas 70 OTNs forem convertidas em valores a serem fixados no vencimento de cada uma das oito prestações. Supõe, por exemplo, um caso em que o contribuinte tenha um IR a pagar de Cz\$ 14.490,00. Suas prestações serão de Cz\$ 1.811,00. Em abril, com o pagamento da primeira prestação, esse contribuinte estaria queimando 8,75 das 70 OTNs autorizadas. Na prestação do mês de maio a parcela de Cz\$ 1.811,00 seria convertida em OTNs pelo valor apurado em maio e assim por diante.



tar. O grupo conservador Cidadãos para a América, que apoia Reagan, anunciou o lançamento de uma campanha publicitária contra o esforço dos democratas para aumentar os impostos e reduzir o déficit.

A ausência de regulamentação não impede, entretanto que Nicole Borger discorde de Dutra. Ela diz que, usando a compensação, o contribuinte que tem reservas aplica no mercado financeiro os cruzados que seriam usados para pagamento do IR e recebe de volta não só a correção monetária mas também os juros. "Como a restituição dessas 70 OTNs vem corrigida apenas monetariamente, entendo que a compensação sob o ponto de vista financeiro, apesar de injusta, tem lá seus atrativos".

Mas quando o tema é justiça, vale a pena conhecer os comentários feitos pelo jurista Hamilton Dias de Souza que na última quinta-feira demonstrou ao contribuinte que compensar com a restituição o IR devido teria sua liminar concedida, se pleiteada judicialmente:

"Se a Receita Federal e o ministro Dílson Funaro voltaram atrás é porque reconheceram o princípio da analogia, anistia e isonomia. Agora não dá para entender que se tenha estabelecido um limite para esses princípios. Ou o pleito é juridicamente aceitável, ou não é. Ou se permite a compensação, ou não se permite. Não posso aceitar que se adote um princípio pela metade."

Lembrando que o Brasil passou a viver de casuístas, Dias de Souza se confessa preocupado com a falta de coerência do governo. Diz que ninguém está colocando a questão tributária de maneira séria e correta, e garante que a compensação tanto é justa que foi aprovada. Por outro lado, ressalva que a medida, da forma com que foi adotada é extremamente injusta na medida em que beneficia alguns em detrimento de outros. Diz que o contribuinte que em 86 foi pego de surpresa e não tem como pagar o IR devido mas tem restituição está sendo discriminado porque não pode usar seu crédito para pagar seu débito.

Até Reagan entrega o imposto na última hora

Tal como os brasileiros, os norte-americanos têm o dia de hoje como último prazo para entregar suas declarações de Imposto de Renda. Milhões deixaram para fazê-lo à última hora. Entre eles se inclui o presidente Ronald Reagan e sua mulher Nancy, que pagaram 122.703 dólares em impostos federais, sobre uma renda bruta de 394.492 dólares (menos de Cz\$ 9 milhões). O casal terá uma devolução de cerca de 31 mil dólares.

O porta-voz do Imposto de Renda, Johnell Hunter, informou ontem que cerca de 25 milhões de norte-americanos (quase um quar-

to dos contribuintes) entregaram suas declarações na semana passada. Ele estimou que cerca de 6,5 milhões de pessoas receberam um prazo adicional de 30 dias por não terem conseguido obter os comprovantes de seus rendimentos até a zero hora de amanhã. De acordo com o porta-voz, 106 milhões de pessoas preencherão os formulários da Receita Federal.

Enquanto para muitos cidadãos entregar a declaração significa um corre-corre atrás de recibos e calculadoras, para ativistas das mais diversas tendências políticas é uma oportunidade para protes-